



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

TERMO DE REFERÊNCIA MINUTA

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

Modelo CGU - Termo de Referência único serviços (com, sem, engenharia) e obras Lei 14.133 (setembro/2025)

(Processo Administrativo nº 0005130-04.2024.4.01.8006)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço a ser executado por empresa especializada para o fornecimento, instalação, montagem e desmontagem de **divisórias de gesso acartonado (drywall)** e portas de madeira, incluindo todos os materiais e ferramentas, bem como a mão de obra necessária à execução dos serviços, nas dependências dos Edifícios e Galpão da Justiça Federal de Goiás, sendo a prestação de serviços sob demanda, conforme requisitada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	ITEM	CATSER	CÓDIGO SICAM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
LOTE ÚNICO	1	12700	39.16.024.018	Fornecimento e Instalação de Paredes em Drywall Parede de gesso acartonado "drywall", sistema de <i>lafarge gypsum</i> ou similar, com perfis de aço galvanizado, chapa 15 mm, fixados distantes um do outro no máximo 60 cm, placas <i>Standart</i> - ST em ambas as faces, emassadas nas juntas de dilatação com massa própria e fita arremate, guias e montantes com 48 mm de largura e placas 12,5 mm <i>Standart</i> , incluindo todos os materiais e acessórios necessários. Os perfis, parafusos e acessórios devem ser em aço galvanizado com revestimento zincado ou deverão ter a proteção contra a corrosão no mínimo equivalente aos de aço galvanizado.	m²	300,00	R\$ 159,08	R\$ 47.724,00
	2	12700	39.16.024.019	Fornecimento e Instalação de Paredes em Drywall - com isolamento acústico Parede de gesso acartonado "drywall", sistema <i>lafarge gypsum</i> ou similar, com perfis de aço galvanizado chapa 15 mm fixados distantes um do outro no máximo 60 cm, placas <i>Standart</i> - ST em ambas as faces, emassadas nas juntas de dilatação com massa própria e fita arremate, guias e montantes com 48 mm de largura e placas de 12,5 mm <i>Standart</i> com preenchimento interno de lã mineral, incluindo todos os materiais e acessórios necessários. Os perfis, parafusos e acessórios devem ser em aço galvanizado com revestimento zincado ou deverão ter uma proteção contra corrosão no mínimo equivalente aos de aço galvanizado. Deve-se utilizar banda acústica no contato do perímetro das vedações em <i>drywall</i> com o suporte para isolamento dos perfis.	m²	300,00	R\$ 271,48	R\$ 81.444,00
	3	15814	39.16.024.020	Fornecimento e Instalação de Portas completas, incluindo fechaduras e dobradiças Kits de porta de madeira com pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, incluindo as dobradiças, montagem e instalação do batente e fechadura com execução do furo.	un.	30	R\$ 382,93	R\$ 11.487,90
	VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 140.655,90

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, haja vista possuírem especificações e padrões de qualidade e desempenho claramente definidos no mercado, facilmente comparáveis e facilmente encontráveis, sem exigir projetos complexos para sua aquisição. Essa padronização permite que a escolha do fornecedor seja feita com base no preço, sendo o pregão a modalidade de licitação mais adequada para esses serviços.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que **será sob demanda conforme requisitado pelo setor requisitante**, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.4. A proposta deverá conter todas as informações do responsável pela assinatura do futuro contrato, bem como, procuração ou documento hábil que lhe confere poderes para tanto, se couber;

1.4.1. O futuro contrato será assinado na forma eletrônica e a pessoa física que irá assinar o contrato terá o prazo de **até 5 (cinco) dias, contados da data da adjudicação do Pregão Eletrônico**, para providenciar o cadastro, conforme orientações abaixo:

- acessar o link [SELAcesso para Usuários Externos](#), clicar "[Clique aqui para se Cadastrar](#)" seguir as orientações e enviar os documentos;
- em seguida, o usuário receberá um e-mail (endereço informado no cadastro) automático do sistema com informações para ativação do referido cadastro. Para tanto, será necessário enviar a documentação **completa** requerida e na forma solicitada;
- o acesso será liberado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo de extrema importância o envio de toda a documentação, caso contrário, ao tentar acessar o sistema, aparecerá mensagem de "[Cadastro do usuário pendente](#)";
- uma vez ativado o acesso ao sistema, o signatário poderá assinar todos os documentos disponibilizados pela Administração, que enviará e-mail informando a liberação para assinatura;
- as dúvidas poderão ser dirimidas pelo e-mail secon.go@trf1.jus.br

1.5. Liberado o contrato, o signatário terá até 5 (cinco) dias corridos para assinatura, ou outro prazo a ser informado por meio do e-mail citado na letra "e" do subitem 1.4.1. deste termo;

1.5.1. Caso o signatário não assine o contrato dentro do prazo estabelecido, será advertido e lhe será dado novo prazo, se possível, e, em caso de reincidência, poderá ser imputada à empresa multa de 0,5% sobre o valor adjudicado, por dia de atraso na assinatura.

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado a partir da data fixada no instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a contratada deverá obedecer os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, a saber:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.2. Já em relação ao gerenciamento de resíduos a serem gerados, conforme determina a Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, bem como ao Decreto 7746/12, que regulamentou o artigo 3, a Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Instrução Normativa SLTI/MP n. 1, de 19/01/10, e a legislação e normas ambientais, no que incidentes.

4.1.3. Consoante o disposto no Art. 32 da Lei nº 12.305/2010, as embalagens dos produtos devem ser fabricadas com materiais que propiciem a sua reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização dos produtos, projetadas de maneira que a sua reutilização seja tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

- os produtos fornecidos deverão obedecer a legislação no que se refere a critérios de segurança ambiental;
- todas as embalagens e materiais utilizados deverão ser descartados adequadamente de acordo com as normas e instruções indicadas pelos fabricantes e de acordo com a legislação em vigor;
- o não cumprimento das determinações legais quanto às normas de sustentabilidade ambiental, referente aos produtos disponibilizados, ao seu adequado uso e ao adequado descarte de embalagens e refugos, submete às partes responsáveis às penas da lei.

4.1.4. Além dos normativos descritos anteriormente, a contratada deverá atender:

- Decreto Federal nº 7.746/2012;
- Instrução Normativa-IN nº 01/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG;
- Resolução do Conselho Nacional de Justiça-CNJ nº 400/2021;
- Resolução Presi 10/2021 - que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região;
- Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal-CJF;
- Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

4.1.5. A contratada deverá ainda adotar as seguintes premissas durante a execução dos serviços:

- preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. Para a execução do serviço não será necessário o fornecimento de mão de obra exclusiva e, por consequência, a Administração fica isenta de fiscalização acerca de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela empresa, não sendo, portanto, necessário garantia para reembolso de prejuízos advindos dessas verbas à Administração;

4.3.2. Os custos suportados pela Administração para a obtenção do objeto é de pequena monta, não se demonstrando necessária garantia para assegurar danos de grande impacto em caso de inexecução do objeto;

4.3.3. Em caso de aplicação de multa, o valor devido poderá ser cobrado por meios de outros mecanismos legais;

4.3.4. Somando às justificativas acima elencadas, a exigência de garantia se mostra como uma obrigação que poderá onerar o valor final obtido no valor proposto pelo fornecedor, tendo em vista que o fornecimento das modalidades previstas na Lei n. 14.133/2021 gera custo para a empresa.

4.3.5. Deverá ser apresentada Declaração de Exclusividade de acordo com o art. 74, §1º da Lei nº 14.133/2021, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 18 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. Contato para Informações - Seção de Serviços Gerais (Seseg) - telefone: (62) 3226-1535 / 1587 - e-mail seseg.go@trfl.jus.br;

4.6.2. Responsáveis: Servidor Luciano Carnaúba ou Engenheiro Assessor Rafael Augusto;

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. A partir das solicitações feitas, o setor técnico realizará um levantamento e a confecção de um layout, com a especificação de medidas e descrição dos serviços a serem realizados, que serão apresentados à CONTRATADA para conferência quanto ao quantitativo proposto;
- 5.1.2. Toda a formalização será feita por e-mail, com a devida instrução nos autos, quanto às decisões e definições feitas;
- 5.1.3. Após a conferência e aprovação dos serviços e quantitativos apresentados, não será admitida contestação por parte da CONTRATADA;
- 5.1.4. Os serviços serão iniciados após a aprovação da Administração;
- 5.1.5. A partir do recebimento dos documentos acima, a CONTRATADA terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, para efetuar a conclusão dos serviços.

5.2. Para a correta execução dos serviços contratados, será necessário:

- 5.2.1. As mesas e demais equipamentos deverão ser deslocados, a fim de garantir espaço para a execução dos serviços;
- 5.2.2. Os equipamentos de informática ou quaisquer outros que se encontrem ligados às tomadas instaladas nas paredes deverão ser desligados e desinstalados;
 - 5.2.2.1. o desligamento deverá ser feito pela equipe de manutenção predial, com o acompanhamento de técnicos ou profissionais habilitados;
 - 5.2.2.2. qualquer dano causado nos equipamentos, em função do manuseio ou desligamento incorreto feito por terceiros ou pessoas não autorizadas, será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.2.3. Todas as mesas, equipamentos e demais itens existentes nos ambientes deverão ser devidamente protegidos;
 - 5.2.3.1. para a proteção dos itens deverá ser utilizada lonas que se encontrem limpas e em condições adequadas de uso;
 - 5.2.3.2. o piso também deverá ser protegido, por meio de protetores próprios para piso, em papelão;
 - 5.2.3.3. o fornecimento e a responsabilidade na proteção pretendida é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.2.4. Os locais afetados deverão ser identificados, pela CONTRATADA, com placas que indiquem a ocorrência de trabalhos e limitem o trânsito de pessoas não autorizadas.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

- Edifício Sede/Anexo - Rua 19, nº 244, Setor Central, Goiânia - GO, CEP: 74.030-090.
- Edifício Gama Dias - Avenida Republica do Libano, esquina com a Avenida B, Qd. D-1, Lts. 21/30, Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP: 74.115-30.
- Galpão Sedaj/Semap - Avenida Central, nº 808, Galpão 3, Quadra F, Lote 6, Setor Empresarial, Goiânia - GO, CEP: 74583-350.
- Subseção Judiciária de Anápolis - Av. Universitária, quadra 02, lote 05, nº 820, Jardim Bandeirante, Anápolis - GO, CEP: 75083-035.
- Subseção Judiciária de Formosa - Rua Itiquira esquina com Rua Lindolfo Gonçalves, nº 1000, Setor Nordeste, Formosa - GO, CEP: 73.807-145.
- Subseção Judiciária de Itumbiara - Av. João Paulo II, nº 185, Bairro Ernestina Borges de Andrade, Itumbiara - GO - CEP: 75528-370.
- Subseção Judiciária de Jataí - Rua Nicolau Zaidem nº 1135, quadra 45, Vila Fátima, Centro, Jataí - GO, CEP: 75.803-055.
- Subseção Judiciária de Luziânia - Rua Dr. João Teixeira, quadra 73, lote 21 - A nº 596, Edifício Iaci Amaral, Centro, Luziânia - GO, CEP: 72800-440.
- Subseção Judiciária de Rio Verde - Avenida Presidente JK, Quadra 08, Lote 04, Bairro Morada do Sol, Rio Verde - GO, CEP 75909-080.
- Subseção Judiciária de Uruaçu - Avenida Tocantins, nº 17, Quadra 07, Lote 16, Setor Central, Uruaçu - GO, CEP: 76.400-000.

5.4. Os serviços serão prestados de segunda a sexta, no período das 08:00 às 18:00

5.4.1. Podem ocorrer limitações de horários, caso haja necessidade por parte da Administração. Em caso de restrições, a CONTRATADA será comunicada e deverá seguir as recomendações e limitações apresentadas.

5.5. Para a correta execução dos serviços contratados, será necessário:

- As mesas e demais equipamentos deverão ser deslocados, a fim de garantir espaço para a execução dos serviços;
- Os equipamentos de informática ou quaisquer outros que se encontrem ligados às tomadas instaladas nas paredes deverão ser desligados e desinstalados;
- o desligamento deverá ser feito pela equipe de manutenção predial, com o acompanhamento de técnicos ou profissionais habilitados;
- qualquer dano causado nos equipamentos, em função do manuseio ou desligamento incorreto feito por terceiros ou pessoas não autorizadas, será de responsabilidade da CONTRATADA.

5.6. Todas as mesas, equipamentos e demais itens existentes nos ambientes deverão ser devidamente protegidos;

- para a proteção dos itens deverá ser utilizada lonas que se encontrem limpas e em condições adequadas de uso;
- o piso também deverá ser protegido, por meio de protetores próprios para piso, em papelão;
- o fornecimento e a responsabilidade na proteção pretendida é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.7. Os locais afetados deverão ser identificados, pela CONTRATADA, com placas que indiquem a ocorrência de trabalhos e limitem o trânsito de pessoas não autorizadas.

Materiais a serem disponibilizados

5.8. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na contratação, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.9. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.9.1. Atender todas as boas práticas executivas, normativas e legislações vigentes, relativas aos serviços contratados;
- 5.9.2. Proporcionar o fornecimento de material com alta resistência à umidade e de fácil limpeza, tecnologia acústica, conforto térmico, versatilidade, praticidade, proteção do fogo, neutralização de odores, além de harmonizar o ambiente institucional;
- 5.9.3. A melhoria no conforto vai ao encontro das metas do Poder Judiciário, uma vez que proporcionará um ambiente de trabalho mais confortável e garantirá maior produtividade e celeridade nas atividades desempenhadas;

5.10. Será de responsabilidade da CONTRATADA a instalação da guarnição, batente, folha, fechadura, dobradiça e todos os demais elementos que compõem a esquadria;

5.11. Os serviços de fornecimento e instalação de paredes de drywall (com e sem isolamento) deverá ser executado conforme o estabelecido nas seguintes normas técnicas:

- ABNT NBR 15.758:2009 - Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Projeto e procedimentos executivos para montagem;
- ABNT NBR 14.715:2021 - Chapas de gesso para drywall;

- ABNT NBR 15.217:2018 - Perfisados de aço para sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Requisitos e métodos de ensaio;
- Normas e recomendações de fabricantes e demais entidades técnicas habilitadas.
- Para o corte de peças, recomenda-se que a tarefa não seja feita no interior dos ambientes afetados, visando mitigar a ocorrência de transtornos no local;

Especificação da garantia do serviço

5.12. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rotinas de Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.15. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente à Seção de Serviços Gerais para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.19.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será verificada durante a execução dos serviços e após sua conclusão, de forma a certificar que foram prestados nos termos exigidos.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
- 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de 5 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento **a conclusão dos serviços a cada demanda**.

7.10. Ao final de cada evento de faturamento:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até dez dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **10/02/2026**.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.41. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.42. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de de **20 (vinte) dias**.

8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.15. Os procedimentos relativos à aplicação de penalidades deverão seguir as disposições constantes na PORTARIA PRESI 380/2025 do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO DO LOTE ÚNICO**.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.10. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.21. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.21.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.22. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.23. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.23.1.1. Contratos que comprovem a execução de, no mínimo, 100m² (cem metros quadrados) de serviços de fornecimento e instalação de drywall, admitindo-se o somatório de atestados de períodos diferentes.

9.23.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.23.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.23.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.24. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a idoneidade da entidade emissora.

Disposições gerais sobre habilitação

9.25. Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.30.6.1. ata de fundação;

9.30.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.30.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.30.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.30.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.30.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.30.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 140.655,90 (cento e quarenta mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta do orçamento da União, através da Classificação Funcional Programática 02061003342570001 - Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional, Plano Orçamentário 0000 - Julgamento de Causas na Justiça Federal - Despesas Diversas, Categoria Econômica 3, Natureza da Despesa 3.3.90.39 (Serviços de Terceiros - PJ).

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade da minuta de Termo de Referência

Responsável pela elaboração: Soraya Maria Leal Yoshioka

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP COMPLETO - 24527179

(para contratação de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por licitação)

Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 20487579

ID (PAC):			
SJGO_SESEG_0025_2026			

A. Descrição sucinta do objeto			
Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, montagem e desmontagem de divisórias de gesso acartonado (drywall) e portas de madeira, incluindo todos os materiais e ferramentas, bem como a mão de obra necessária à execução dos serviços, nas dependências dos Edifícios e Galpão da Justiça Federal de Goiás, sendo a prestação de serviços sob demanda, conforme requisitada.			
B. Justificativa expressa para a contratação			
A contratação é necessária para/porque <i>(expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)</i>			
Tal contratação se justifica em função de proporcionar melhor conforto acústico e térmico, ser resistente à umidade e de fácil limpeza, além de oferecer proteção do fogo e neutralização de odores e ainda em virtude da necessidade recorrente de alterações no layout interno da Seção Judiciária de Goiás, de acordo com as necessidades de trabalho de diversos setores.			
A não contratação implicará <i>(expor as consequências advindas da não contratação)</i>			
A não contratação do objeto pretendido poderá acarretar os seguintes riscos e consequências: <ul style="list-style-type: none">• Inviabilizar a execução de instalação de drywall, proveniente dos pedidos de alteração nos layouts internos da Seção Judiciária de Goiás, de acordo com a necessidade de trabalho dos setores;• Dificultar a execução dos serviços prestados por servidores e prestadores de serviços, usuários dos ambientes a serem contemplados.			
C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais			
A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão no Plano de Contratações Anual – PCA do ano de 2026 (24142153), Despacho SJGO-Diref (24143215), Processo Administrativo (0004712-32.2025.4.01.8006), SJGO_SESEG_0025_2026.			

D. Proposta de solução			
D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado			

Solução n°	Descrição das alternativas de solução disponíveis no mercado	Fontes de consulta (órgãos públicos que adotaram a solução, fornecedores etc.)	Link das consultas (doc. SEI)

Não se aplica à ação em tela.			
A solução proposta já reúne todas as alternativas presentes no mercado, agregadas a nossa necessidade, bem como a disponibilidade financeira e temporal.			

D.2. Estimativa de preços das alternativas de solução			
A estimativa de valores será definida por uma pesquisa de preços a ser realizada pela Seção de Compras e Licitações - Selit, por meio do Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).			
D.3. Razões da escolha da melhor solução (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)			
A solução foi escolhida conforme vistoria feita pela equipe técnica desta Seccional, visando uma economicidade e praticidade, agregada a um resultado satisfatório e pretendido.			
Por se tratar de uma contratação já realizada anteriormente, entende-se que a instalação de drywall possui um resultado satisfatório, em aspectos funcionais e estéticos. Além do mais, a execução dos serviços é algo prático e de curta duração, adequando-se ao ambiente institucional, o que diminui a ocorrência de prejuízos na prestação de serviços da Justiça Federal.			
D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução			
A contratação será por lote único , pois o não parcelamento do objeto por item se revela como a forma mais adequada ao perfil do objeto ora pretendido, além de proporcionar maior vantagem para a Administração, pelos seguintes motivos: <ul style="list-style-type: none">1) Concentração de responsabilidades – a contratação de uma única empresa promove a centralização da execução em um só fornecedor, garantindo maior eficiência técnica e operacional, com a manutenção da qualidade durante todo o contrato sob responsabilidade de um mesmo gestor/administrador.2) Uniformidade técnica e estética – a execução de paredes em drywall e portas exige padronização de materiais, acabamentos e medidas, de modo que o fracionamento entre diferentes fornecedores poderia gerar incompatibilidades técnicas e divergências estéticas.			

<p>3) Integração das interfaces construtivas – cortes, batentes, vedações e acabamentos demandam coordenação contínua, o que seria comprometido caso houvesse divisão do objeto entre empresas distintas, aumentando riscos de retrabalho e atrasos.</p> <p>4) Logística e mobilização – os serviços deverão ser executados em diversos imóveis da Justiça Federal em Goiás, na capital e no interior. A fragmentação contratual multiplicaria deslocamentos, transporte de materiais e armazenagem, elevando custos e dificultando o gerenciamento.</p> <p>5) Cumprimento de prazos – cada solicitação deverá ser atendida no prazo máximo de 30 dias. A divisão entre fornecedores comprometeria a coordenação e dificultaria o atendimento desse prazo.</p> <p>6) Economia de escala – a unificação do objeto favorece preços mais competitivos em razão do volume contratado, em observância ao princípio da economicidade no âmbito das contratações públicas.</p> <p>7) Experiência administrativa anterior – contratações similares, conforme relatado no item E.1 deste ETP, apresentaram problemas de qualidade e atraso. Assim, a centralização da execução em um único contratado se mostra mais segura para assegurar a qualidade e a celeridade na entrega.</p> <p>Portanto, a divisão do objeto por itens é tecnicamente inadequada e economicamente desvantajosa, de modo que a solução em lote único melhor atende ao interesse público, garantindo eficiência, padronização, economicidade e maior segurança contratual.</p>
<p>D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) (somente para bens de natureza divisível)</p>
<p>Considerando que o objeto será contratado em lote único e que a execução exige integração técnica entre fornecimento e instalação (paredes em drywall e portas), conclui-se pela inaplicabilidade prática da reserva de cotas prevista no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para este caso específico. A aplicação da cota implicaria no fracionamento do objeto e expansão do número de contratos, o que elevaria os riscos de incompatibilidades técnicas, retrabalhos, aumento de custo e degradação da qualidade final. Em face do princípio da eficiência e da necessidade de preservação da economicidade e da integridade técnica do serviço, a Administração opta por afastar a aplicação da reserva de cotas para este lote.</p>

E. Requisitos da solução escolhida							
E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)							
<p>Análise das contratações anteriores:</p> <p>Recentemente alguns processos relativos à execução de objeto comuns foram realizados, incluindo o PAe 0007841-50.2022.4.01.8006, 0004773-92.2022.4.01.8006e 0007406-42.2023.4.01.8006, que efetuaram contratações similares à pretendida por estes autos.</p> <p>Da análise deste processo verificou-se que:</p> <p>A experiência e qualificação técnica dos contratados têm deixado a desejar, executando objeto de baixa qualidade, além de apresentar vícios e atrasos na entrega. Sendo assim, com objetivo de selecionar melhores fornecedores, a Administração poderá ser mais exigente quanto aos critérios de qualificação técnica, respeitando, no entanto, os dispositivos da legislação e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU).</p> <p>Requisitos qualitativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Atender todas as boas práticas executivas, normativas e legislações vigentes, relativas aos serviços contratados; Proporcionar o fornecimento de material com alta resistência à umidade e de fácil limpeza, tecnologia acústica, conforto térmico, versatilidade, praticidade, proteção do fogo, neutralização de odores, além de harmonizar o ambiente institucional; Com relação aos critérios de sustentabilidade, informamos que os principais aspectos a serem atendidos seguem elencados no Item E.2. deste documento; A melhoria no conforto vai ao encontro das metas do Poder Judiciário, uma vez que proporcionará um ambiente de trabalho mais confortável e garantirá maior produtividade e celeridade nas atividades desempenhadas; O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma do art. 107 da Lei 14.133/2021, por até 10 (dez) anos. <p>Requisitos quantitativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Os serviços deverão ser executados em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da solicitação. 							
ITEM	CATSER	CÓDIGO SICAM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	12700	39.16.024.018	<u>Fornecimento e Instalação de Paredes em Drywall</u> Parede de gesso acartonado "drywall", sistema de <i>lufarge gypsum</i> ou similar, com perfis de aço galvanizado, chapa 15 mm, fixados distantes um do outro no máximo 60 cm, placas <i>Standart</i> - ST em ambas as faces, emassadas nas juntas de dilatação com massa própria e fita arremate, guias e montantes com 48 mm de largura e placas 12,5 mm <i>Standart</i> , incluindo todos os materiais e acessórios necessários. Os perfis, parafusos e acessórios devem ser em aço galvanizado com revestimento zincado ou deverão ter a	m²	300,00	R\$ 156,33	R\$ 46.899,00

			proteção contra a corrosão no mínimo equivalente aos de aço galvanizado.				
2	12700	39.16.024.019	<p>Fornecimento e Instalação de Paredes em Drywall - com isolamento acústico</p> <p>Parede de gesso acartonado "drywall", sistema <i>lafarge gypsum</i> ou similar, com perfis de aço galvanizado chapa 15 mm fixados distantes um do outro no máximo 60 cm, placas <i>Standart</i> - ST em ambas as faces, emassadas nas juntas de dilatação com massa própria e fita arremate, guias e montantes com 48 mm de largura e placas de 12,5 mm <i>Standart</i> com preenchimento interno de lã mineral, incluindo todos os materiais e acessórios necessários. Os perfis, parafusos e acessórios devem ser em aço galvanizado com revestimento zincado ou deverão ter uma proteção contra corrosão no mínimo equivalente aos de aço galvanizado. Deve-se utilizar banda acústica no contato do perímetro das vedações em <i>drywall</i> com o suporte para isolamento dos perfis.</p>	m²	300,00	R\$ 209,55	R\$ 80.865,00
3	15814	39.16.024.020	<p>Fornecimento e Instalação de Portas completas, incluindo fechaduras e dobradiças</p> <p>Kits de porta de madeira com pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, incluindo as dobradiças, montagem e instalação do batente e fechadura com execução do furo.</p>	un.	30	R\$ 362,14	R\$ 10.864,20
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 138.628,20

E.2. Critérios de sustentabilidade

Os itens pretendidos são sustentáveis? Indicar a resposta expressamente para cada item (SIM ou NÃO).

Em caso de resposta **afirmativa** para um ou mais itens: indicar os critérios de sustentabilidade adotados para cada item.

Em caso de resposta **negativa** para um ou mais itens: justificar o afastamento dos critérios de sustentabilidade para cada item.

Em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a contratada deverá obedecer os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, a saber:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Já em relação ao gerenciamento de resíduos a serem gerados, conforme determina a Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, bem como ao Decreto 7746/12, que regulamentou o artigo 3, a Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Instrução Normativa SLTI/MP n. 1, de 19/01/10, e a legislação e normas ambientais, no que incidentes.

Consoante o disposto no Art. 32 da Lei nº 12.305/2010, as embalagens dos produtos devem ser fabricadas com materiais que propiciem a sua reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização dos produtos, projetadas de maneira que a sua reutilização seja tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

- os produtos fornecidos deverão obedecer a legislação no que se refere a critérios de segurança ambiental;
- todas as embalagens e materiais utilizados deverão ser descartados adequadamente de acordo com as normas e instruções indicadas pelos fabricantes e de acordo com a legislação em vigor;
- o não cumprimento das determinações legais quanto às normas de sustentabilidade ambiental, referente aos produtos disponibilizados, ao seu adequado uso e ao adequado descarte de embalagens e refugos, submete às partes responsáveis às penas da lei.

Além dos normativos descritos anteriormente, a contratada deverá atender:

- Decreto Federal nº 7.746/2012;
- Instrução Normativa-IN nº 01/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG;
- Resolução do Conselho Nacional de Justiça-CNJ nº 400/2021;
- Resolução Presi 10/2021 - que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região;
- Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal-CJF;
- Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

A contratada deverá ainda adotar as seguintes premissas durante a execução dos serviços:

- preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

E.3. Critérios de acessibilidade

Conforme Res. Presi 36/2021, do TRF1 (14003741):

"Art. 19. As contratações deverão observar a legislação que disponha sobre acessibilidade, em especial à [Resolução CNJ 401/2021](#), naquilo que couber, e as seguintes diretrizes:

- I - promover a igualdade por meio da adoção de medidas apropriadas para eliminar e prevenir quaisquer barreiras urbanísticas ou arquitetônicas, de mobiliário, de acesso aos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas;
- II - assegurar acessibilidade plena a espaços, informações e serviços, coibindo qualquer forma de discriminação por motivo de deficiência."

E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos

Itens	Requisitos mínimos	- Fabricante 1 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante 2 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante... - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	Justificativa Caso alguma especificação (requisitos mínimos) deva ser mantida, ainda que não atendida por pelo menos três dos fabricantes listados.

Não se aplica à ação em tela.

F. Descrição da solução como um todo

F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida

A solução foi escolhida pela equipe técnica desta Seccional, visa uma economicidade e praticidade, agregada a um resultado satisfatório e pretendido.

Por se tratar de uma contratação já realizada anteriormente, entende-se que a instalação de *drywall* possui um resultado satisfatório, em aspectos funcionais e estéticos. Além do mais, a execução dos serviços é algo prático e de curta duração, adequando-se ao ambiente institucional, o que diminui a ocorrência de prejuízos na prestação de serviços da Justiça Federal.

F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se aplica à ação em tela.

F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida

Para a correta execução dos serviços contratados, será necessário:

- 1) As mesas e demais equipamentos deverão ser deslocados, a fim de garantir espaço para a execução dos serviços;
- 2) Os equipamentos de informática ou quaisquer outros que se encontrem ligados às tomadas instaladas nas paredes deverão ser desligados e desinstalados;
 - a) o desligamento deverá ser feito pela equipe de manutenção predial, com o acompanhamento de técnicos ou profissionais habilitados;
 - b) qualquer dano causado nos equipamentos, em função do manuseio ou desligamento incorreto feito por terceiros ou pessoas não autorizadas, será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 3) Todas as mesas, equipamentos e demais itens existentes nos ambientes deverão ser devidamente protegidos;
 - a) para a proteção dos itens deverá ser utilizada lonas que se encontrem limpas e em condições adequadas de uso;
 - b) o piso também deverá ser protegido, por meio de protetores próprios para piso, em papelão;
 - c) o fornecimento e a responsabilidade na proteção pretendida é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 4) Os locais afetados deverão ser identificados, pela CONTRATADA, com placas que indiquem a ocorrência de trabalhos e limitem o trânsito de pessoas não autorizadas.

F.4. Descrição integral da solução

A descrição da solução integral, consiste nos seguintes aspectos apresentados abaixo:

- A partir das solicitações feitas, o setor técnico realizará um levantamento e a confecção de um layout, com a especificação de medidas e descrição dos serviços a serem realizados, que serão apresentados à CONTRATADA para conferência quanto ao quantitativo proposto;
 - Toda a formalização será feita por e-mail, com a devida instrução nos autos, quanto às decisões e definições feitas;

- Após a conferência e aprovação dos serviços e quantitativos apresentados, não será admitida contestação por parte da CONTRATADA;
- Os serviços serão iniciados após a aprovação da Administração;
 - A partir do recebimento dos documentos acima, a CONTRATADA terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, para efetuar a conclusão dos serviços.
- Antes de iniciar os serviços, a CONTRATADA realizará as adequações apresentadas no Item F3, deste documento;
- Os serviços de fornecimento e instalação de paredes de drywall (com e sem isolamento) deverá ser executado conforme o estabelecido nas seguintes normas técnicas:
 - ABNT NBR 15.758:2009 - Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Projeto e procedimentos executivos para montagem;
 - ABNT NBR 14.715:2021 - Chapas de gesso para drywall;
 - ABNT NBR 15.217:2018 - Perfisados de aço para sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Requisitos e métodos de ensaio;
 - Normas e recomendações de fabricantes e demais entidades técnicas habilitadas.
- A paredes deverão ser instaladas com alinhamento e prumo adequado, com isso, a CONTRATADA deverá utilizar níveis a laser ou equipamentos compatíveis, para garantir tal exigência;
- Para o corte de peças, recomenda-se que a tarefa não seja feita no interior dos ambientes afetados, visando mitigar a ocorrência de transtornos no local;
- Na emenda entre as placas de drywall deverão ser instaladas - de forma adequada e em quantidade suficiente - juntas de dilatação em fita telada autoadesiva, próprias para drywall;
 - Todas as juntas deverão ser tratadas por meio da aplicação de massas adequadas;
- Os serviços de fornecimento e instalação de portas completas, incluindo fechaduras e dobradiças, deverão ser executados conforme o estabelecido nas seguintes normas técnicas:
 - ABNT NBR 15.930:2011 - Portas de madeira para edificação;
 - ABNT NBR 14.913:2011 - Fechaduras de embutir: Requisitos, classificação e métodos de ensaio;
 - Normas e recomendações de fabricantes e demais entidades técnicas habilitadas.
- As portas e acessórios a serem fornecidos e instalados deverão ser novos. Não serão admitidas esquadrias, bem como seus acessórios e complementos, que apresentem manchas, trincados ou qualquer outra falha que comprometa o aspecto funcional e estético do insumo utilizado;
- Na instalação das portas, a CONTRATADA deverá executar todos os elementos adequados, de tal forma que o esquadro seja garantido;
 - Será de responsabilidade da CONTRATADA a instalação da guarnição, batente, folha, fechadura, dobradiça e todos os demais elementos que compõem a esquadria;
 - Para a fixação das partes, deverão ser utilizados pregos resistentes e suficientes, para a garantir a estabilidade da esquadria;
 - O esquadro das portas deverá se atendido, não sendo admitido encaixes irregulares e a ocorrência de frestas e vãos - entre as peças;
 - O não atendimento acarretará na desinstalação da esquadria e posterior troca por uma nova peça, que atenda as exigências da CONTRATANTE.
- A CONTRATADA será responsável por efetuar a limpeza do ambiente afetado e a realizará de maneira corriqueira, não sendo admitido o acúmulo de sujeira e restos de materiais e ferramentas, por exemplo;
 - A rotina de limpeza deverá ser diária e qualquer dano ou reclamação, por parte dos usuários ou da fiscalização, poderá acarretar na paralisação dos serviços, até que todas as pendências sejam regularizadas;
- Em caso de alterações em medidas, quantitativos, detalhes construtivos, dentre outros, a fiscalização deverá ser comunicada, não sendo admitido - sem prévia autorização - qualquer serviço que fuja do escopo apresentado;
- Todos os prestadores de serviços deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPIs) e serem devidamente habilitados para a execução do objeto contratado;
- A execução deverá ocorrer conforme a seguinte dinâmica:
 - Os serviços serão executados nos seguintes locais:
 - Edifício Sede/Anexo - Rua 19, nº 244, Setor Central, Goiânia - GO, CEP: 74.030-090.
 - Edifício Gama Dias - Avenida Republica do Libano, esquina com a Avenida B, Qd. D-1, Lts. 21/30, Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP: 74.115-30.
 - Galpão Sedaj/Semap - Avenida Central, nº 808, Galpão 3, Quadra F, Lote 6, Setor Empresarial, Goiânia - GO, CEP: 74583-350.
 - Subseção Judiciária de Anápolis - Av. Universitária, quadra 02, lote 05, nº 820, Jardim Bandeirante, Anápolis - GO, CEP: 75083-035.
 - Subseção Judiciária de Formosa - Rua Itiquira esquina com Rua Lindolfo Gonçalves, nº 1000, Setor Nordeste, Formosa - GO, CEP: 73.807-145.
 - Subseção Judiciária de Itumbiara - Av. João Paulo II, nº 185, Bairro Ernestina Borges de Andrade, Itumbiara - GO - CEP: 75528-370.
 - Subseção Judiciária de Jataí - Rua Nicolau Zaidem nº 1135, quadra 45, Vila Fátima, Centro, Jataí - GO, CEP: 75.803-055.
 - Subseção Judiciária de Luziânia - Rua Dr. João Teixeira, quadra 73, lote 21- A nº 596, Edifício Iaci Amaral, Centro, Luziânia - GO, CEP: 72800-440.
 - Subseção Judiciária de Rio Verde - Avenida Presidente JK, Quadra 08, Lote 04, Bairro Morada do Sol, Rio Verde - GO, CEP 75909-080.
 - Subseção Judiciária de Uruaçu - Avenida Tocantins, nº 17, Quadra 07, Lote 16, Setor Central, Uruaçu - GO, CEP: 76.400-000.
 - Os serviços serão executados pela CONTRATADA de segunda a sexta, no período das 08:00 às 18:00:
 - Podem ocorrer limitações de horários, caso haja necessidade por parte da Administração. Em caso de restrições, a CONTRATADA será comunicada e deverá seguir as recomendações e limitações apresentadas.

G. Declaração de viabilidade

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico desenvolvido, declaramos que a solução apresentada é viável de prosseguir e ser concretizada, pois:

- 1) A necessidade apontada é clara e adequadamente justificada;
- 2) Está alinhada com os objetivos estratégicos do órgão ou com os programas/atividades formalmente estabelecidas para a Unidade Requisitante;
- 3) As quantidades e demais exigências a contratar estão coerentes com os requisitos quantitativos e qualitativos que precisam ser atendidos para resolução da necessidade identificada;
- 4) Foram realizadas estimativas expeditas de preços de mercado, a fim de que a Administração Superior possa avaliar, aprovar e programar o provimento dos recursos necessários ao longo de todo o período de implantação da solução.

H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

Rafael Augusto Borges Alves
Engenheiro Assessor
Matr. GO2161PS

Luciano Carnaúba de Paiva
Supervisor da Seseg/GO
Matr. GO80359

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: *(diretor)*

Frankmar dos Reis
Diretor do Nuasg
GO80349



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Costa Goulart, Servidor(a) Requisitado(a)**, em 18/02/2026, às 19:02 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **24567271** e o código CRC **FD466D8E**.